



GÊNERO, FEMINISMOS E VIOLÊNCIA

CURSO **GÊNERO, FEMINISMOS E VIOLÊNCIA**

Reitor

Pasqual Barreti

Vice-reitora

Maysa Furlan

Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade

Leonardo Lemos de Souza

Ana Maria Klein

Ouvidoria Geral da Unesp

Claudia Maria de Lima

Elaboração do conteúdo do curso “Gênero, Feminismos e Violência”

Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero - LIEG/Unesp

Lidia Maria Vianna Possas

Equipe de produção e editoração de videoaulas

Letícia Passos Affini

Gabrielle Cabral Silva

Gabriel Caruso Galindo

Elvis Sarmento

Rene Rodrigues Lopez

Carla Araujo de Souza

Thais Marcuz Taldivo

Felipe Tristão

Paulo José Prestes

José Siqueira

Design Gráfico e diagramação

Carla Araujo de Souza

Revisão

João Paulo Zanette

Livia Pizauro Sanchez

Implementação e Hospedagem dos cursos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

CDeP3 - Coordenadoria de Desenvolvimento Profissional e Práticas Pedagógicas - Unesp

Apoio

Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura - PROEC

Pró-reitoria de Graduação - PROGRAD

Pró-reitoria de Pós-graduação - PROPG

Pró-reitoria de Planejamento Estratégico e Gestão - PROPEG

Pró-reitoria de Pesquisa - PROPe

Coordenadoria Geral de Bibliotecas da Unesp

Agradecimentos

TV Unesp

Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design - FAAC

CURSO GÊNERO, FEMINISMOS E VIOLÊNCIA

UN58c Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp),
Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero (LIEG).

Curso gênero, feminismos e violência / Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Laboratório
Interdisciplinar de Estudos de Gênero (LIEG) ; elaboração, Lídia
Maria Vianna Possas. - São Paulo : Unesp, 2022.

37 p.: il. color. ; Recurso digital.
ISBN: 978-65-998490-7-7

1. Identidade de gênero. 2. Feminismo. 3. Violência. I. Possas,
Lídia Maria Vianna. II. Título.

CDD - 306.7

Ficha catalográfica preparada pela Coordenadoria Geral de Bibliotecas da Unesp

CURSO
GÊNERO, FEMINISMOS E VIOLÊNCIA

GÊNERO, FEMINISMOS E VIOLÊNCIA

São Paulo
2022

Índice

APRESENTAÇÃO	6
CONCEITOS BÁSICOS	9
FEMINISMO NO BRASIL	13
QUESTIONAMENTOS E ATITUDES	16
BIBLIOTECA	20
MIDIATECA	23
A QUEM RECORRER?	32
SOBRE A AUTORIA	35

APRESENTAÇÃO

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp, em sua história recente, tem desenvolvido ações voltadas ao debate e à promoção de ações e políticas afirmativas (reserva de vagas, cotas, políticas de permanência estudantil), bem como a valorização de ações de combate às formas de discriminação e violências na Universidade com base nos princípios dos Direitos Humanos.

Em março de 2021, a vice-reitoria constituiu a Assessoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade, a qual foi institucionalizada como Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade, Caadi, por meio da Resolução nº 7, de 26/01/2022.

A Caadi, coordenadoria vinculada à vice-reitoria da Unesp, tem a Missão de promover políticas e ações que garantam a inclusão e a participação de todas as pessoas da comunidade acadêmica para a convivência enriquecedora e o respeito à pluralidade de formas de ser, pensar e viver. Torna-se indispensável, na realidade atual, garantir oportunidades sociais, convivência e interações harmoniosas, justas e respeitadas entre pessoas e grupos com identidades distintas, plurais, variadas e dinâmicas. Inseparável de um contexto democrático, a convivência universitária alimenta o estabelecimento de uma cultura de Direitos Humanos na sociedade.

As ações desenvolvidas pela CAADI fundamentam-se no respeito aos Direitos Humanos e na sua promoção, tendo como valores centrais: dignidade humana, valorização das diversidades humanas, equidade, respeito e promoção das diferentes expressões humanas e culturais.

A Caadi tem na diversidade humana o foco das suas ações. Compreendida como as possibilidades humanas de ser, pensar e viver, a diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Acolher a diversidade é garantir que as diferentes expressões humanas e culturais tenham seu espaço respeitado, coexistindo respeitosamente.

Diversidade é um valor que tem conquistado presença frequente no contexto educacional e social. Em oposição à universalidade, à uniformidade ou à unicidade, a diversidade passa a ser reconhecida ao mesmo tempo como um valor e como característica constituinte dos grupos institucionais e da sociedade. Cada vez mais, grupos sociais invisibilizados e subalternizados passam a assumir protagonismo e marcar presença nas instituições sociais e educativas. Movimentos sociais organizados têm um importante papel na luta desses grupos para o reconhecimento de direitos e a garantia do acesso à educação de qualidade, laica e gratuita. Nossa compreensão de diversidade, portanto, toma-a como princípio constituinte

da sociedade, considerando as desigualdades e seus processos de exclusão que colocam pessoas e grupos em situações de vulnerabilidade, de precariedade e de violência.

Nas instituições educativas que têm como missão a inclusão e o acesso de todas as pessoas à educação de qualidade, a diversidade é um valor central que reconhece os direitos dos grupos em situação de vulnerabilidade e invisibilizados por uma sociedade cujo projeto de cidadania desconsidera as dimensões estruturais que sustentam a invisibilidade, a subalternização e a precarização das vidas.

Tendo a diversidade como pressuposto para sua atuação, compete à Caadi elaborar, planejar, mapear, identificar, diagnosticar, acompanhar e avaliar políticas, culturas e práticas que tenham por objetivo a efetivação de políticas e ações afirmativas voltadas à promoção de direitos humanos, da equidade de gêneros, da inclusão e do respeito às diversidades, bem como ao enfrentamento e à prevenção de todas as formas de violência na Universidade Estadual Paulista, por meio de ações articuladas com as pró-reitorias, coordenadorias, assessorias, ouvidoria e comissões institucionais.

Dentre as dimensões de atuação da CAADI destaca-se a educativa, cujas linhas de ação incluem a produção de referências para a construção e efetivação de práticas formativas da comunidade de discentes e de servidores (docentes, técnico-administrativos e terceirizados) visando relações inclusivas e de respeito às diversidades pautadas pelos direitos humanos.

Nesse sentido, a CAADI coordenou a elaboração, produção e efetivação de **cinco cursos sobre diversidades** com caráter formativo destinados a toda a comunidade unespiana. Os cursos representam um trabalho articulado e conjunto de grupos e núcleos de pesquisa, Coordenadoria de Desenvolvimento Profissional e Práticas Pedagógicas da Unesp, docentes, estudantes da graduação e pós-graduação, ouvidoria e pró-reitorias da Unesp.

Os cursos que integram esta ação formativa são:

1. Racismo e Educação antirracista;
2. Introdução aos Direitos Humanos;
3. Estratégias de enfrentamento à LGBTQIAP+fobia na Universidade;
4. Gênero, Feminismos e Violência;
5. Capacitismo X Inclusão.

Todos os cursos estão organizados em módulos que abordam a temática de maneira introdutória e contextualizada na realidade brasileira, propondo práticas educativas e inclusivas importantes para pautar as relações interpessoais e institucionais, além de apresentarem a ouvidoria da Unesp como um canal de acolhimento e denúncia de violação de direi-

tos na universidade. Cada módulo traz algumas questões em formato quizz visando à revisão dos conceitos apresentados. Além disso, os cursos trazem indicações de leituras, filmes e vídeos, possibilitando o aprofundamento dos temas.

Convidamos a todas, todos e todes a participarem dos cursos!

Leonardo Lemos de Souza

Ana Maria Klein

Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade

CURSO
GÊNERO, FEMINISMOS E VIOLÊNCIA

CONCEITOS BÁSICOS

MÓDULO 1

CONCEITOS BÁSICOS

Sexo

Esse termo está relacionado a três noções básicas: **sexo biológico**, **sexo cultural** e **ato sexual**. Quando utilizado para estabelecer marcas corporais fixadas pelo discurso médico-biológico, é naturalizado para confirmar a existência de um modelo idealizado binário: mulheres e homens. Os indivíduos que fogem aos padrões fixados nessa classificação (macho/fêmea) foram identificados, a princípio, como seres hermafroditas ou seres desviantes. Atualmente, essas classificações deram lugar ao termo “intersexual”.

O corpo sexuado, construído discursivamente, também pode ser modificado fisicamente: o macho pode ter seu órgão sexual convertido em órgão sexual de uma fêmea, e vice-versa. O mesmo vale para pessoas intersexuais, caso elas queiram ser inseridas em um dos dois polos. Para tais organismos alterados pela técnica convencionou-se a utilização do termo transexuais ou transgêneros.

Gênero

Gênero é uma categoria teórico-metodológica das ciências humanas e sociais e seu uso remonta à década de 60, na área da psicologia, quando empregou-se o termo para diferenciar **identidade sexual** de **identidade anatômica**.

A partir dos anos 80, teóricas feministas passaram a uma conceituação que repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero sendo um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero como um primeiro modo de dar significado às relações de poder, ou seja, da criação de uma hierarquização entre os sexos, com a subalteridade da mulher. Assim, considera-se **gênero** como uma categoria construída social, cultural e historicamente, não pré-determinada e interseccional, uma vez que pode apresentar distinções de papéis.

Relações de gênero

As relações de gênero foram tratadas pelos autores canônicos de maneira genderizada com base na naturalização da diferença sexual, o que reforçou a ambivalência e o apagamento das mulheres que eram consideradas protagonistas e que possuíam seu próprio modo de agir na dinâmica social. A presença masculina, reforçada pelo patriarcado, se impôs como razão natural de existência. As relações de

gênero, nesse sentido, confirmam os papéis e existências sociais que condicionam as diferenças entre o que representa o masculino e feminino em uma relação vertical de relevância social.

Sexualidade

A sexualidade é uma construção social e histórica em que as formas vistas como normais eram as relações heterossexuais. As demais sexualidades eram consideradas desviantes, anormais. Hoje o movimento LGBTQIAP+ conquista espaço, direitos civis e políticos e luta contra a cisheteronormatividade.

Identidade de gênero

A identidade de gênero diz respeito a como uma pessoa se sente em relação ao próprio gênero. Embora o masculino e o feminino sejam os mais reconhecidos, um indivíduo pode se identificar em outra “categoria” de gênero.

Feminismo - 1ª Onda

O feminismo surgiu na segunda metade do século XIX, por meio de um movimento social que tinha como principal reivindicação o voto para as mulheres.

Feminismo - 2ª Onda

A 2ª onda do feminismo se situa no período pós-guerras (1945-1980) e é baseada nas ideias de Simone de Beauvoir em seu livro *Segundo Sexo* (1949), que foi um marco para a reorganização do movimento de mulheres, com as palavras de ordem: *Nosso corpo nos pertence! O privado é político!* Ela foi dividida em três grandes linhas: Feminismo Radical, Feminismo Socialista e Feminismo Liberal.

Feminismo - 3ª Onda

Diante do sexismo e da violência doméstica contra as mulheres, a partir dos anos 1990 uma geração de jovens estadunidenses universitárias convocou uma luta feminista para desconstrução da categoria mulher, com pautas identitárias distintas. Assim, a 3ª onda do feminismo foi marcada por discussões e disputas internas ao movimento, agrupando diferentes grupos de mulheres feministas, como as latinas, negras, revolucionárias, proletárias, lésbicas, pró-sexo e antipornografia, que fomentaram o debate feminista por todo o século XX.

Feminismo decolonial

Esse conceito faz referência a um movimento acadêmico que surgiu a partir

do artigo *Colonialidad y género* (2008), da filósofa argentina Maria Lugones (1944-2020). Suas precursoras partiram da análise do colonialismo pensado a partir do eurocentrismo, do racismo, da modernidade e da crítica ao projeto europeu de colonização das Américas para a expropriação capitalista da mão de obra escravizada e colonial, que geraram o acúmulo de capital globalizado, genderizando as sociedades coloniais. Essa reflexão trouxe a urgência de uma nova perspectiva para a reorganização dos feminismos, para além da discussão sexo/gênero, visando atender às demandas sociais excluídas, como o feminismo negro, o feminismo indígena, o feminismo lésbico e o transfeminismo.

Violência

Em uma conceituação ampla, a violência trata-se de comportamentos que causam algum dano a outra pessoa, invadindo sua autonomia, integridade física, psicológica e mesmo de vida.

Tipos de violência - Assédio

Abordagem agressiva e apelos sexuais indesejáveis, sem consentimento.

Tipos de violência - Violência sexual

Estupro, agressão física e/ou avanços de caráter sexual sem consentimento ou induzido por ingestão forçada de álcool e/ou drogas.

Tipos de violência - Violência psicológica

Participação forçada em trote violento, apologia ao estupro, discurso misógino, divulgação de imagens sem autorização.

Tipos de violência - Violência moral

São condutas nas quais o agressor/agressora faz afirmações falsas, difamações e, no caso das vítimas mulheres, quando há divulgação que macule a sua reputação, cause injúria ou que ofenda a sua dignidade.

CURSO
GÊNERO, FEMINISMOS E VIOLÊNCIA

FEMINISMO NO BRASIL

MÓDULO 2

FEMINISMO NO BRASIL

Contexto brasileiro

Os movimentos sociais feministas no Brasil e também na América Latina não se enquadram nos modelos ou ondas europeus e estadunidenses quanto às temporalidades de sua emergência. Com o advento da República (1889), a estrutura patriarcal brasileira foi mantida, limitando a participação das mulheres em espaços de representatividade. Atualmente emergiram os vários feminismos (negros, indígenas, LGBTQIAP+) e movimentos coletivos sem vínculo partidário que expressam demandas sociais das minorias identitárias.

Movimento sufragista brasileiro

Com o advento da Primeira República Brasileira (1889-1930), emerge um movimento sufragista por meio de iniciativas de mulheres de classe média que fundaram, em 1910, o Partido Republicano, lançando candidaturas de mulheres como uma crítica à cidadania incompleta das mulheres.

Assim, Bertha Lutz cria, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, aliando-se ao movimento feminista internacional. Já em 1927, Juvenal Lamarine assume o cargo de governador do estado do Rio Grande do Norte e estende o direito ao voto às mulheres norte-rio-grandenses. Com isso, a cidade de Lajes elege a primeira prefeita brasileira, Alzira Soriano.

Com o Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, sancionado por Getúlio Vargas, torna-se legal o voto feminino. Porém, com a instalação do Estado Novo, em 1937, há a suspensão de direitos civis e das eleições. Com o retorno ao Estado de Direito, a Constituição de 1946 garante o sufrágio universal para as pessoas com mais de 18 anos, exceto os analfabetos. Somente em 1988 essa proibição é suprimida.

Período da Ditadura Militar (1969 -1989)

O feminismo brasileiro emerge com força surpreendente durante o regime militar, sendo representado por mulheres que tinham relação com os grupos de esquerda e estavam envolvidas na resistência contra o regime ou eram simpatizantes desses movimentos.

Redemocratização

A partir da Constituição de 1988, a sociedade brasileira inaugura uma perspectiva jurídico-institucional, com ampliação das liberdades civis e dos direitos e garantias individuais. As demandas sociais organizam-se em movimentos de toda ordem, como as ONGs, exigindo e defendendo seus direitos.

Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha é sancionada em 7 de agosto de 2006. Com 46 artigos distribuídos em sete títulos, essa norma cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, em conformidade com a Constituição Federal (art. 226, § 8º) e os tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro.

Lei do feminicídio

Em vigor há oito anos, a Lei do Feminicídio (13.104/2015) prevê circunstância qualificadora do crime de homicídio e inclui no rol dos crimes hediondos o feminicídio, assassinato que envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

QUESTIONAMENTOS E ATITUDES

MÓDULO 3

QUESTIONAMENTOS E ATITUDES

O PAPEL DA UNIVERSIDADE

A Universidade está imersa em uma sociedade ainda conservadora, desigual e excludente, se levarmos em conta as minorias identitárias.

Reconhecemos que a Academia tem procurado efetivar mudanças em um processo histórico recente, de modo a enfrentar as questões que nos afligem e propor alternativas que garantam efetivamente a inclusão social, o combate a qualquer forma de violência, de discriminação e de práticas misóginas e homofóbicas.

Uma questão básica se coloca para todas, todos e todes:

Que Universidade queremos?

Que atos inspiradores de resistência e assistência podemos vislumbrar agora? O que podemos fazer para resistir ou ajudar, mesmo que seja algo pequeno?

As perguntas têm nuances distintas e precisam ser, cada uma delas, pensadas coletivamente, em harmonia:

Como acionar internamente os órgãos competentes criados pelas próprias instituições para que as denúncias e queixas sejam resolvidas?

Por que as Ouvidorias e órgãos de consulta ainda se preocupam em coletar e divulgar dados quantitativos?

Por que há uma descrença coletiva por parte dos demandantes sobre a eficácia do sistema que deveria acolhê-los?

Quais são as dificuldades identificáveis entre a reclamação e a solução?

Qual o impacto do processo de violência e de discriminação na vida e no desempenho profissional e acadêmico dos reclamantes/estudantes?

O que os processos muitas vezes inconclusivos e insatisfatórios nos dizem sobre o avanço da equidade e da justiça social na Universidade?

Essas são questões historicamente vivenciadas nas universidades que permanecem nos dias atuais exigindo da Academia proposituras mais contundentes, que envolvam a comunidade (funcionários docentes e técnico-administrativos, gestores e estudantes), na busca de caminhos e alternativas de prevenção e enfrentamento, como: a criação de projetos educacionais, a elaboração de pesquisas de dados, reflexões e protocolos de ação, a criação de comissões avaliadoras e a presença de disciplinas curriculares que objetivem assumir a responsabilidade por uma educação sensível aos distúrbios provocados pela violência de gênero, a segregação de minorias identitárias e as posturas machistas e homofóbicas.

O acolhimento dos estudantes deve ser a nossa finalidade para construir e estar em uma Universidade democrática, que respeite as formas de existir, pensar e agir.

A **Unesp** vem se debruçando sobre essa perspectiva. Entre as iniciativas da Universidade, podemos ressaltar:

- 1.** A agilização das ações da Ouvidoria Geral e da sua comunicação com as Ouvidorias locais, onde as demandas são registradas e apuradas, para o seu efetivo atendimento.
- 2.** As propostas de projetos de pesquisa e a criação de parcerias com Laboratórios, Núcleos e Grupos de Pesquisa que atuam no campos dos estudos de gênero e dos direitos humanos para elaboração de um programa de capacitação anual para estudantes ingressantes, oferecido por docentes e pós-graduandos.
- 3.** A elaboração de diagnósticos como premissas para identificar, analisar e propor alternativas para a superação da violência de gênero, das formas de discriminação e de comportamentos abusivos no espaço acadêmico.
- 4.** A criação de comissões internas formadas por discentes e funcionários docentes e técnico-administrativos, que já ocorrem em vários câmpus, para a elaboração de procedimentos de acolhimento às vítimas e sanções às pessoas agressoras, dentro dos limites que cabem à Universidade, como acompanhar e acolher as denúncias registradas e fazer os encaminhamentos dos casos, de modo a garantir o acesso e permanência de todas, todos e todes.

5. A elaboração de protocolos de enfrentamento e atendimento interno, aprovados pelos Colegiados, de modo a responsabilizar a comunidade como um todo pelas mudanças necessárias.

6. A inclusão, nos currículos, de disciplinas que abordem as perspectivas de gênero e discriminação em suas distintas interfaces.

7. A implementação da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade - Caadi , criada em 2022 para articular ações coletivas, colaborativas e participativas para o enfrentamento e a redução das diferentes formas de violência e discriminação no interior da Universidade.

CURSO
GÊNERO, FEMINISMOS E VIOLÊNCIA

BIBLIOTECA

TEXTOS

BIBLIOTECA

Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica

Joana Maria Pedro

[Clique aqui](#)

Sexo, gênero e sexualidade

Luiz Antonio Guerra

[Clique aqui](#)

Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas

Cristina Maria Teixeira Stevens, Susane Rodrigues de Oliveira e Valeska Zanello

[Clique aqui](#)

Violência de gênero e a lei Maria da Penha

Glaucia Fontes de Oliveira

[Clique aqui](#)

Gênero, história e educação: construção e desconstrução

Guacira Lopes Louro

[Clique aqui](#)

Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero

Heleieth Saffioti

[Clique aqui](#)

Guia de prevenção e reconhecimento do assédio

Unesp

[Clique aqui](#)

Violência de gênero na Universidade

Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero/LIEG

[Clique aqui](#)

CURSO
GÊNERO, FEMINISMOS E VIOLÊNCIA

MIDIATECA

**VÍDEOS E
FILMES**

MIDiateca

VÍDEOS INFORMATIVOS

“Sexualidade: sexo, gênero, orientação sexual e identidade de gênero”

Canal Minutos Psíquicos



“Sexualidade e gênero”

Canal Rebellmotion



“O que é feminismo?”

Canal Julia Faria



“Gênero e natureza”

Canal Tempero Drag



“Movimento feminista no Brasil”

Canal Politize!

*“Feminismo e igualdade de gênero no Brasil - O futuro é feminino”*

Canal GNT

*“Igualdade de gênero”*

Canal Onu Mulheres Brasil

*“Empoderamento das mulheres”*

Canal Onu Mulheres Brasil



“Papel de gênero”

Canal Tempero Drag



Educando para a Diversidade / FeminismoS

Canal TV Unesp



Educando para a Diversidade / Assédios e Formas de Combate

Canal TV Unesp



MIDIATECA

FILMES

CORPO MANIFESTO (2016)

*Sinopse*

O ano de 2015 foi gigante para o feminismo brasileiro. Uma crescente onda de empoderamento e consciência fez com que aumentasse no Brasil o número de grupos de mobilização feministas e de mulheres que se tornavam feministas. O documentário “Corpo Manifesto” apresenta um panorama sobre o feminismo e o cenário da luta feminista das mulheres brasileiras nos últimos anos, especialmente em uma das pautas históricas mais relevantes e cruciais: a autonomia da mulher sobre seu próprio corpo.



REPENSE O ELOGIO (2017)

*Sinopse*

Repense o Elogio é um documentário que propõe uma conversa sobre a maneira que as crianças são elogiadas. Enquanto meninas são muitas vezes elogiadas apenas por sua aparência, meninos podem receber elogios ressaltando suas habilidades. Este é um filme que reflete sobre o poder das palavras e da cultura que trouxe um desequilíbrio na forma que elogiamos nossos meninos e meninas. Por isso, acreditamos que o que se diz às meninas hoje influencia quem elas serão amanhã.



CONVERSA FIADA (2017)

*Sinopse*

A história de quinze mulheres fiadeiras deste profundo que encontram no tear o resumo da trama inteira da existência. Mulheres sertanejas e protagonistas de um mergulho pelas questões atuais de igualdade e diversidade de gênero na busca pela potência de ser mulher no mundo de hoje. Fruto de dois anos de pesquisa respaldada pela parceria entre a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o filme percorre o fio das fiadeiras, tingideiras e tecedeiras do sertão de Minas Gerais, também cenário da saga Grande Sertão: Verdades, de Guimarães Rosa.



PUTTA (2016)

*Sinopse*

Putta acompanha o relato biográfico de três mulheres da fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Elas vivem em Foz do Iguaçu (Brasil) e trabalham no ambiente da prostituição. O filme atravessa as complexidades da vida pessoal dessas prostitutas, que trabalham na rua ou em casas de prostituição, a transexualidade, a família e a maternidade nesses contextos.



LUTE COMO UMA MENINA! (2016)



Sinopse

Este documentário conta a história das meninas que participaram do movimento secundarista que ocupou escolas e foi às ruas para lutar contra um projeto de reorganização escolar imposto pelo governador de São Paulo, que previa o fechamento de quase cem escolas.



A QUEM RECORRER?

**DENTRO E FORA
DA UNESP**

A QUEM RECORRER?

DENTRO DA UNESP

A Ouvidoria Geral da Unesp é um espaço que promove a efetividade dos direitos humanos e que está à disposição para apoiar e orientar pessoas que tenham dúvidas, busquem ajuda ou queiram denunciar casos de violência ou assédio ocorridos na universidade. Sua identidade estará protegida.

Entre em contato [clicando aqui](#)

A QUEM RECORRER?

FORA DA UNESP

Ligue 180

A Central de Atendimento à Mulher é um serviço oferecido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Delegacias de Polícia

Possibilitam o registro de denúncias e do Boletim de Ocorrência (BO), bem como a solicitação de medidas protetivas.

Medida protetiva - se a mulher estiver se sentindo ameaçada, serve para afastar o agressor. O juiz deverá avaliar o pedido em até 48 horas.

Corpo de delito - se a mulher sofreu agressão física e necessita de cuidados hospitalares, a delegacia fará seu encaminhamento para o exame de corpo de delito.

Delegacia Especializada de atendimento a mulheres - DEAMs e DDM

Atendem somente denúncias e casos de violação dos direitos das mulheres.

Delegacia Eletrônica

Você pode denunciar sem sair de casa [clcando aqui](#)

Passo a passo para registrar violência doméstica e familiar contra a mulher - [Clique aqui](#)

SOBRE A AUTORIA

SOBRE A AUTORIA

Lidia Maria Vianna Possas

É Livre-docente em História, Relações de Gênero e Feminismos na América Latina. Possui doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo /USP e mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Unesp. Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense/UFF. Atualmente é Professora Doutora Colaboradora no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais da FFC /Marília. Coordena o Grupo de Pesquisa Cultura & Gênero na temática de História, Gênero e Cultura e o Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero/Lieg - Unesp. É membro do Conselho Consultivo de “Ações Afirmativas, Equidade e Diversidade”.

CURSO GÊNERO, FEMINISMOS E VIOLÊNCIA

Realização



CAADI COORDENADORIA DE
AÇÕES AFIRMATIVAS
DIVERSIDADE E EQUIDADE

